



Compras BR Portal de Licitações

Ata de Realização da Compra Direta Eletrônica

Dados da Compra Direta			
Nº Processo	Nº Compra Direta	Data/Hora início envio de propostas	Data/Hora de fim do envio de propostas
39/2024	39/2024	06/12/2024 - 08:00	11/12/2024 - 08:59
Órgão			Amparo legal
Prefeitura Municipal de Guairaçá - PR - PMG-PR			Lei 14.133/2021, Art. 75, II
Critério Julgamento		Diferença Mínima entre Lances	
Menor Preço		Valor (R\$) 0,10	
Objeto			
AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICO, ELETROPORTÁTEIS E CAMA ELÁSTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ/PR..			

Sequência: LOTE 001

Descrição: BATEDEIRA PLANETARIA 1000W Características: potência de no mínimo 1000W, com no mínimo 08 velocidades, com 01 tigela inox com capacidade para no mínimo 5 litros; Com 3 batedores, voltagem: 110V; com selo de certificação Inmetro. Garantia mínima de 06 (seis) meses

Valor Estimado: R\$ 2.418,33

Valor Arrematado: R\$ 2.416,99 (00,05% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	05/12/2024 - 16:55:10	Às 16:55:10 do dia 5 do mês dezembro do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 39/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 06/12/2024 às 08:00:00.
SISTEMA	06/12/2024 - 08:00:01	Às 08:00:00 do dia 6 do mês dezembro do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 39/2024
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	10/12/2024 - 14:42:01	Valor da proposta inicial do DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105 é de R\$ 2.418,00
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	10/12/2024 - 14:42:01	Fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



Compras BR Portal de Licitações

		(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto lícitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
EXCLUSIVE COMERCIO LTDA	10/12/2024 - 15:37:17	Valor da proposta inicial do EXCLUSIVE COMERCIO LTDA CPNJ/CPF 47034949000176 é de R\$ 2.418,33
EXCLUSIVE COMERCIO LTDA	10/12/2024 - 15:37:17	Fornecedor EXCLUSIVE COMERCIO LTDA CPNJ/CPF 47034949000176 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para



Compras BR Portal de Licitações

		Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 07:10:24	Valor da proposta inicial do SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197 é de R\$ 2.418,23
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 07:10:24	Fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SISTEMA	11/12/2024 - 08:59:01	Iniciada etapa de Abertura de Lances
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 09:46:32	O valor do lance do SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197 é de R\$ 2.417,99



Compras BR Portal de Licitações

EXCLUSIVE COMERCIO LTDA	11/12/2024 - 11:10:22	O valor do lance do EXCLUSIVE COMERCIO LTDA CPNJ/CPF 47034949000176 é de R\$ 2.417,00
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 14:53:35	O valor do lance do SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197 é de R\$ 2.416,99
SISTEMA	11/12/2024 - 14:59:01	Iniciada etapa de Análise do Resultado
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 15:32:30	Solicitado o reenvio do documento 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal. para o fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105. Pelo seguinte motivo: Item 8.6.1 está em desconformidade ao solicitado no anexo I do edital.
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 15:35:46	Solicitado o reenvio do documento 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade. para o fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105. Pelo seguinte motivo: Item 8.4.1 Certidão Negativa de Falência fora da data de validade.
COMPRADOR	11/12/2024 - 15:44:30	Adjudicado LOTE 001 no valor de R\$ 2.416,99 para o fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 16:42:15	Documento 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal. enviado pelo fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 16:42:15	Documento 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade. enviado pelo fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105
SISTEMA	12/12/2024 - 08:54:13	Às 08:54:13 do dia 12 do mês dezembro do ano de 2024, a Compra Direta de número: 39/2024, alterou sua situação para encerrada.
SISTEMA	18/12/2024 - 14:06:37	Às 14:06:37 do dia 18 do mês dezembro do ano de 2024, a Compra Direta de número: 39/2024, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: LOTE 002

Descrição: CORTADOR DE FRIOS PROFISSIONAL Especificação mínima: ??- Funcionamento: Semi-Automático;??- Base em alumínio injetado com acabamento em pintura atóxica;??- Chapa em inox sobre o local na base onde se acumulam as fatias, para uma maior higiene e para facilitar a limpeza;??- Vela, protetor da lâmina e carro móvel anodizados;??- Lâmina: 25 cm;??- Lâmina cromada com grossa espessura;??- Com regulagem de corte Afiador incorporado fundido em alumínio, com um relø;??- Sistema de segurança que respeita as normas Inmetro;??- Voltagem: Bivolt??Garantia mínima de 06 (seis) meses.

Valor Estimado: R\$ 3.841,33

Valor Arrematado: R\$ 0,00 (00,00% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	05/12/2024 - 16:55:10	Às 16:55:10 do dia 5 do mês dezembro do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 39/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 06/12/2024 às 08:00:00.
SISTEMA	06/12/2024 - 08:00:01	Às 08:00:00 do dia 6 do mês dezembro do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 39/2024
		Fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de



Compras BR Portal de Licitações

DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	10/12/2024 - 14:42:01	90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Civis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
EXCLUSIVE COMERCIO LTDA	10/12/2024 - 15:37:17	Fornecedor EXCLUSIVE COMERCIO LTDA CPNJ/CPF 47034949000176 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do



Compras BR Portal de Licitações

		participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 07:10:24	Valor da proposta inicial do SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ/CPF 46344050000197 é de R\$ 5.000,00
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 07:10:24	Fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ/CPF 46344050000197 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Civis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SISTEMA	11/12/2024 - 08:59:01	Iniciada etapa de Abertura de Lances
SISTEMA	11/12/2024 - 14:59:01	Iniciada etapa de Análise do Resultado
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 15:32:30	Solicitado o reenvio do documento 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal. para o fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105. Pelo seguinte motivo: Item 8.6.1 está em desconformidade ao solicitado no anexo I do edital.
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 15:35:46	Solicitado o reenvio do documento 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade. para o fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105. Pelo seguinte motivo: Item 8.4.1 Certidão Negativa de Falência fora da data de validade.
COMPRADOR	11/12/2024 - 15:44:37	Adjudicado LOTE 002 no valor de R\$ 5.000,00 para o fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 16:42:15	Documento 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal. enviado pelo fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 16:42:15	Documento 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade. enviado pelo fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105
SISTEMA	12/12/2024 - 08:54:13	Às 08:54:13 do dia 12 do mês dezembro do ano de 2024, a Compra Direta de número: 39/2024, alterou sua situação para encerrada.
COMPRADOR	18/12/2024 - 10:28:54	Adjudicação cancelada do LOTE 002 para o fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197, motivo: Iniciar negociação.
COMPRADOR	18/12/2024 - 10:39:14	Solicitou negociação com o fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ /CPF 46344050000197, motivo: O valor máximo para esse item é de R\$ 3.841,33 qual será sua melhor oferta?
COMPRADOR	18/12/2024 - 14:03:34	Cancelou a solicitação de negociação no LOTE 002 para o fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA
COMPRADOR	18/12/2024 - 14:05:57	Desclassificado o fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197, motivo: Fornecedor ofertou um valor máximo ao permitido em edital.
SISTEMA	18/12/2024 - 14:05:57	Fracassado o LOTE 002, motivo: Todos os fornecedores participantes foram desclassificados.
SISTEMA	18/12/2024 - 14:06:37	Às 14:06:37 do dia 18 do mês dezembro do ano de 2024, a Compra Direta de número: 39/2024, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: LOTE 003

Descrição: FOGÃO 04 BOCAS Fogão 4 Bocas, de piso, com mesa de vidro temperado. ??Especificação mínima: ??- Tipo do fogão: Fogão de piso;??- Funcionamento: Á gás??- Tipo de acendimento: Acendimento Automático;??- Acabamento da mesa: Em vidro temperado;??- Grades de mesa: 04 grades de aço esmaltado individuais;??- Grades do forno: 1 Grade deslizante com 2 regulagens de altura;??- Vidro do forno: vidro duplo;??- Com botões removíveis;??- Quantidade de Bocas: 04 bocas; ??- Cor: branco. ??- Voltagem: Bivolt??Garantia mínima 12 (doze) Meses.??



Compras BR Portal de Licitações

Valor Estimado: R\$ 2.126,41
Valor Arrematado: R\$ 2.124,99 (00,06% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	05/12/2024 - 16:55:10	Às 16:55:10 do dia 5 do mês dezembro do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 39/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 06/12/2024 às 08:00:00.
SISTEMA	06/12/2024 - 08:00:01	Às 08:00:00 do dia 6 do mês dezembro do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 39/2024
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	10/12/2024 - 14:42:01	Valor da proposta inicial do DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105 é de R\$ 2.126,00
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	10/12/2024 - 14:42:01	Fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t



Compras BR Portal de Licitações

EXCLUSIVE COMERCIO LTDA	10/12/2024 - 15:37:17	Valor da proposta inicial do EXCLUSIVE COMERCIO LTDA CPNJ/CPF 47034949000176 é de R\$ 2.126,41
EXCLUSIVE COMERCIO LTDA	10/12/2024 - 15:37:17	Fornecedor EXCLUSIVE COMERCIO LTDA CPNJ/CPF 47034949000176 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Civis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 07:10:24	Valor da proposta inicial do SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197 é de R\$ 2.126,31
		Fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de



Compras BR Portal de Licitações

SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 07:10:24	inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Civis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SISTEMA	11/12/2024 - 08:59:01	Iniciada etapa de Abertura de Lances
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 09:46:24	O valor do lance do SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197 é de R\$ 2.125,99
EXCLUSIVE COMERCIO LTDA	11/12/2024 - 11:10:37	O valor do lance do EXCLUSIVE COMERCIO LTDA CPNJ/CPF 47034949000176 é de R\$ 2.125,00
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 14:58:14	O valor do lance do SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197 é de R\$ 2.124,99
SISTEMA	11/12/2024 - 14:59:01	Iniciada etapa de Análise do Resultado
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 15:32:30	Solicitado o reenvio do documento 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal. para o fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105. Pelo seguinte motivo: Item 8.6.1 está em desconformidade ao solicitado no anexo I do edital.
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 15:35:46	Solicitado o reenvio do documento 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade. para o fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105. Pelo seguinte motivo: Item 8.4.1 Certidão Negativa de Falência fora da data de validade.
COMPRADOR	11/12/2024 - 15:44:42	Adjudicado LOTE 003 no valor de R\$ 2.124,99 para o fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197
		Documento 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos



Compras BR Portal de Licitações

DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 16:42:15	Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal. enviado pelo fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 16:42:15	Documento 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade. enviado pelo fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105
SISTEMA	12/12/2024 - 08:54:13	Às 08:54:13 do dia 12 do mês dezembro do ano de 2024, a Compra Direta de número: 39/2024, alterou sua situação para encerrada.
SISTEMA	18/12/2024 - 14:06:37	Às 14:06:37 do dia 18 do mês dezembro do ano de 2024, a Compra Direta de número: 39/2024, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: LOTE 004

Descrição: FOGÃO INDUSTRIAL 06 BOCAS Fogão Industrial 6 Bocas 30X30 com forno.??Especificação mínima: ??- Quantidade de bocas: 06 bocas;??- Com forno com capacidade de no mínimo 87 litros;??- Material Aço carbono com pintura eletrostática;??- Com funcionamento a Gás GLP baixa pressão;?? - Com 06 queimadores, tipo de queimadores: 3 simples e 3 duplos;??- Grelha 30x30 e queimadores em ferro fundido;??- Forno com 01 prateleira.??
Garantia mínima de 6 (seis) meses.??

Valor Estimado: R\$ 2.590,00

Valor Arrematado: R\$ 2.589,92 (00,00% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	05/12/2024 - 16:55:10	Às 16:55:10 do dia 5 do mês dezembro do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 39/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 06/12/2024 às 08:00:00.
SISTEMA	06/12/2024 - 08:00:01	Às 08:00:00 do dia 6 do mês dezembro do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 39/2024
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	10/12/2024 - 14:42:01	Valor da proposta inicial do DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105 é de R\$ 2.590,00
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	10/12/2024 - 14:42:01	Fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos



Compras BR Portal de Licitações

		termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto lícito); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
EXCLUSIVE COMERCIO LTDA	10/12/2024 - 15:37:17	Fornecedor EXCLUSIVE COMERCIO LTDA CNPJ/CPF 47034949000176 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitante possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto lícito); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 07:10:24	Valor da proposta inicial do SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197 é de R\$ 2.589,92
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 07:10:24	Fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto lícito); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SISTEMA	11/12/2024 - 08:59:01	Iniciada etapa de Abertura de Lances
SISTEMA	11/12/2024 - 14:59:01	Iniciada etapa de Análise do Resultado
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 15:32:30	Solicitado o reenvio do documento 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal. para o fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105. Pelo seguinte motivo: Item 8.6.1 está em desconformidade ao solicitado no anexo I do edital.



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 15:35:46	Solicitado o reenvio do documento 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade. para o fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105. Pelo seguinte motivo: Item 8.4.1 Certidão Negativa de Falência fora da data de validade.
COMPRADOR	11/12/2024 - 16:02:48	Adjudicado LOTE 004 no valor de R\$ 2.589,92 para o fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 16:42:15	Documento 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal. enviado pelo fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 16:42:15	Documento 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade. enviado pelo fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105
SISTEMA	12/12/2024 - 08:54:13	Às 08:54:13 do dia 12 do mês dezembro do ano de 2024, a Compra Direta de número: 39/2024, alterou sua situação para encerrada.
SISTEMA	18/12/2024 - 14:06:37	Às 14:06:37 do dia 18 do mês dezembro do ano de 2024, a Compra Direta de número: 39/2024, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: LOTE 005

Descrição: FORNO MICRO-ONDAS 34 LTS Forno Micro-ondas Branco, capacidade de no mínimo de 34 Litros, cor branco, potência mínima: 1300W; Eficiência Energética Classe A, voltagem 110 V, com prato giratório, com relógio, com trava de segurança, Garantia mínima de 12 meses.

Valor Estimado: R\$ 669,94

Valor Arrematado: R\$ 0,00 (00,00% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	05/12/2024 - 16:55:10	Às 16:55:10 do dia 5 do mês dezembro do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 39/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 06/12/2024 às 08:00:00.
SISTEMA	06/12/2024 - 08:00:01	Às 08:00:00 do dia 6 do mês dezembro do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 39/2024
		Fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda



Compras BR Portal de Licitações

DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	10/12/2024 - 14:42:01	Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Civis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
EXCLUSIVE COMERCIO LTDA	10/12/2024 - 15:37:17	Fornecedor EXCLUSIVE COMERCIO LTDA CPNJ/CPF 47034949000176 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro



Compras BR Portal de Licitações

		de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 07:10:24	Valor da proposta inicial do SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197 é de R\$ 900,00
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 07:10:24	Fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SISTEMA	11/12/2024 - 08:59:01	Iniciada etapa de Abertura de Lances
SISTEMA	11/12/2024 - 14:59:01	Iniciada etapa de Análise do Resultado



Compras BR Portal de Licitações

DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 15:32:30	Solicitado o reenvio do documento 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal. para o fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105. Pelo seguinte motivo: Item 8.6.1 está em desconformidade ao solicitado no anexo I do edital.
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 15:35:46	Solicitado o reenvio do documento 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade. para o fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105. Pelo seguinte motivo: Item 8.4.1 Certidão Negativa de Falência fora da data de validade.
COMPRADOR	11/12/2024 - 16:02:54	Adjudicado LOTE 005 no valor de R\$ 900,00 para o fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 16:42:15	Documento 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal. enviado pelo fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 16:42:15	Documento 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade. enviado pelo fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105
SISTEMA	12/12/2024 - 08:54:13	Às 08:54:13 do dia 12 do mês dezembro do ano de 2024, a Compra Direta de número: 39/2024, alterou sua situação para encerrada.
COMPRADOR	18/12/2024 - 10:30:08	Adjudicação cancelada do LOTE 005 para o fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197, motivo: Iniciar negociação.
COMPRADOR	18/12/2024 - 10:44:49	Solicitou negociação com o fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ /CPF 46344050000197, motivo: O valor máximo para esse item R\$ 669,94 qual será sua melhor oferta?
COMPRADOR	18/12/2024 - 14:06:20	Desclassificado o fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197, motivo: Fornecedor ofertou um valor máximo ao permitido em edital.
SISTEMA	18/12/2024 - 14:06:20	Fracassado o LOTE 005, motivo: Todos os fornecedores participantes foram desclassificados.
SISTEMA	18/12/2024 - 14:06:37	Às 14:06:37 do dia 18 do mês dezembro do ano de 2024, a Compra Direta de número: 39/2024, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: LOTE 006

Descrição: CAMA ELÁSTICA Cama elástica redonda com no mínimo 4,27 metros de diâmetro. ??Especificação mínima: ??- Confeccionada 100% em aço galvanizado;??- Espessura 1,55m ou chapa 16??- Altura total: 2,10 metros;??- Altura do chão até a lona de salto: 83 cm;??- Diâmetro: 4,27 metros;??- Quantidade de molas: 72 molas galvanizadas;??- Tamanho da mola: 17 cm??- Peso suportado: 150 KG;??- Com protetor de molas colorido, feito com espuma de alta densidade e um revestimento em PVC impermeável;??- Com rede de proteção colorida;??- Com 08 hastes para a rede de proteção;??- Com 08 tubetes de cores variadas;??- Com 08 pontas de proteção coloridos;??- Com uma lona de salto, sem emendas, em nylon com proteção UV;??- Com uma escada de 03 degraus;??- Com 04 pés em formato de 'W'; ??- Com 04 curvas lisas e 04 curvas com conectores todos em aço galvanizado;??- Com manual de montagem;??- Garantia mínima de 90 (noventa) dias

Valor Estimado: R\$ 3.027,41

Valor Arrematado: R\$ 0,00 (00,00% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	05/12/2024 - 16:55:10	Às 16:55:10 do dia 5 do mês dezembro do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 39/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 06/12/2024 às 08:00:00.
SISTEMA	06/12/2024 - 08:00:01	Às 08:00:00 do dia 6 do mês dezembro do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 39/2024
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	10/12/2024 - 14:42:01	Valor da proposta inicial do DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105 é de R\$ 3.027,00



Compras BR Portal de Licitações

DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	10/12/2024 - 14:42:01	Fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
		Fornecedor EXCLUSIVE COMERCIO LTDA CPNJ/CPF 47034949000176 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de

Compras BR Portal de Licitações

EXCLUSIVE COMERCIO LTDA	10/12/2024 - 15:37:17	regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Civis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA	11/12/2024 - 07:10:24	Fornecedor SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CPNJ/CPF 46344050000197 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ou atestam que o licitante executou ou está executando, a contento, trabalhos de natureza e vulto compatíveis com o objeto desta Licitação. O atestado deve conter o nome, endereço e o telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes;; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS



Compras BR Portal de Licitações

		FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
SISTEMA	11/12/2024 - 08:59:01	Iniciada etapa de Abertura de Lances
SISTEMA	11/12/2024 - 14:59:01	Iniciada etapa de Análise do Resultado
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 15:32:30	Solicitado o reenvio do documento 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal. para o fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105. Pelo seguinte motivo: Item 8.6.1 está em desconformidade ao solicitado no anexo I do edital.
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 15:35:46	Solicitado o reenvio do documento 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade. para o fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105. Pelo seguinte motivo: Item 8.4.1 Certidão Negativa de Falência fora da data de validade.
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 16:42:15	Documento 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal. enviado pelo fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105
DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA	11/12/2024 - 16:42:15	Documento 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade. enviado pelo fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105
COMPRADOR	12/12/2024 - 08:52:43	Desclassificado o fornecedor DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA CPNJ/CPF 47860599000105, motivo: Após analisar os documentos de habilitação, constatou-se que a empresa DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA anexou a Certidão Negativa de Falência fora do prazo de validade e também anexou a Declaração de responsabilidades Unificada em desacordo com o solicitado em edital, diante do ocorrido fizemos a solicitação para o reenvio, mas não fomos atendidos ficando a documentação da empresa DISTRIBUIDORA FRANCINO LTDA desclassificada.
SISTEMA	12/12/2024 - 08:52:43	Fracassado o LOTE 006, motivo: Todos os fornecedores participantes foram desclassificados.
SISTEMA	12/12/2024 - 08:54:13	Às 08:54:13 do dia 12 do mês dezembro do ano de 2024, a Compra Direta de número: 39/2024, alterou sua situação para encerrada.
SISTEMA	18/12/2024 - 14:06:37	Às 14:06:37 do dia 18 do mês dezembro do ano de 2024, a Compra Direta de número: 39/2024, alterou sua situação para encerrada.

Equipe



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

Agente de Contratação